

#### **4 A FORMAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ E O SURGIMENTO DOS EIXOS**

A área geográfica da Região Oeste do Paraná está, atualmente, subdividida em 50 municípios. Limita-se, a leste, com a Região Centro-Sul do Paraná; ao sul, com a Região Sudoeste do Paraná e com a Argentina, tendo o rio Iguaçu como divisa; ao norte, com a Região Centro Ocidental do Paraná e, mais a noroeste, com a Região Noroeste do Paraná, tendo o rio Piquiri como divisa e, a oeste, com o Paraguai e o Mato Grosso do Sul, com o rio Paraná fazendo a divisa.

Até 31 de dezembro de 1989, recebia a denominação de Extremo Oeste Paranaense. Em 1º de janeiro de 1990, em virtude da classificação das Microrregiões Geográficas, fixadas de acordo com a Divisão Regional do Brasil para fins estatísticos, através da Resolução PR-51, passou a denominar-se Região Oeste do Paraná (IBGE, 1996)<sup>4</sup>.

A delimitação do território da Região Oeste do Paraná, geograficamente como está constituído, atualmente, e a formação dos eixos A e B, pode ser entendida, a partir da análise dos fatos que ocorreram, em três etapas distintas. Este capítulo, além desta introdução, é constituído por mais três seções, que tratam dessas etapas.

A primeira etapa compreende o período de 1514, quando chegaram à Região os primeiros conquistadores portugueses e espanhóis, até 1853, quando a Quinta Comarca de São Paulo foi elevada à condição de província. Os fatos marcantes desse período são: a disputa entre portugueses e espanhóis pelo domínio do que é hoje o Estado do Paraná e

---

<sup>4</sup> Essa informação consta no Censo Agropecuário do IBGE, de 1995-96, no Caderno 20, referente ao Paraná.

pelo direito de se apropriar dos indígenas existentes na região; o surgimento das reduções jesuíticas; o estabelecimento das divisas entre Brasil e Argentina, através do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, e a criação da Província do Paraná, em 1853. Essa análise está na primeira seção.

A segunda etapa, representada pela segunda seção, compreende o período entre a criação da Província do Paraná até a chegada dos primeiros colonizadores, em 1946. Os fatos marcantes desse período são: a ocupação do território da atual Região Oeste do Paraná pelos obrangeiros argentinos; o surgimento das trilhas dos “ervateiros” e o isolamento desta Região, do restante do País.

A terceira e última etapa, representada pela terceira seção, compreende o período entre a chegada dos primeiros colonizadores, em 1946, até o ano de 1964. Os fatos marcantes dessa etapa são: a colonização da Região; a transformação das trilhas em ligações rodoviárias; o surgimento de uma atividade agropecuária forte e o início do processo de modernização tecnológica da agricultura.

Esse resgate histórico permite entender como a Região Oeste do Paraná foi formada, porque foi a última região a ser colonizada no Estado do Paraná e porque se formaram os Eixos A e B, da forma como estão constituídos atualmente, a partir das ligações rodoviárias, que são herança do período de ocupação.

#### 4.1 DA CHEGADA DOS CONQUISTADORES AO SURGIMENTO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ

A extensão territorial da Região Oeste do Paraná, como está hoje formada, foi definida somente no Século XX, mais precisamente a partir do dia 14 de novembro de 1951, através da Lei Estadual nº 790/51. Esta Lei, ao criar os municípios de Guaíra, Cascavel e Toledo, desmembrados do Município de Foz do Iguaçu e criar o Município de Guaraniaçu, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, delimitou o território da Região que está subdividido então, em 50 municípios. Todavia a área maior, onde a Região está inserida, recebeu atenção de Portugal e Espanha, desde 1514. Este fato se deu por conta da possível presença de metais preciosos nas águas do grande rio<sup>5</sup>.

Segundo SCHALLENBERGER (1997, p. 43-44):

Desde 1514 chegaram à Europa – aponta Capistrano de Abreu, levados pela armada de D. Nuno Manuel, os primeiros espécimes de metais preciosos, encontrados nas águas do grande rio. Alguns companheiros de Solis<sup>6</sup>, escapos à sanha dos índios, e depois tolerados, confirmaram estes indícios vagos. Na costa dos Patos alguns deles falavam com entusiasmo em tais riquezas.

O grande rio, cuja denominação foi dada pelos navegadores portugueses e espanhóis, em suas cartas aos seus reis, e seus principais afluentes à margem esquerda - Paranapanema, Ivaí, Piquiri e Iguaçu - proporcionaram a condição a Portugal e Espanha, em primeiro lugar, conhecer esta região, dominada por indígenas, especialmente tribos tupi-guarani<sup>7</sup>. Em segundo lugar, iniciar as disputas pelo seu domínio e ocupação.

---

<sup>5</sup> O “grande rio” recebe a denominação de rio Paraná no trecho entre a foz do rio Paranapanema e a foz do rio Iguaçu. A partir deste ponto, que é também conhecido como tríplice fronteira, até sua foz no Oceano Atlântico, em território argentino, recebe a denominação de rio do Prata.

<sup>6</sup> Juan Dias de Solis, navegador espanhol morto pelos indígenas durante uma expedição ao rio do Prata, em 1515.

<sup>7</sup> Estes, segundo Linhares (1968, p.3), se espalhavam “...pelo vasto território banhado, sobretudo, pelos rios Paraná, Uruguai e Paraguai.”

Esse interesse das coroas portuguesa e espanhola se deu por conta da possível existência de metais preciosos na região platina. Segundo SCHALLENBERGER (1997, p. 44):

A difusão do mito da “Serra do Prata”, estudada por Uacury R. de Bastos, despertou nos reinos de Portugal e Espanha forte preocupação pela ocupação das terras da região platina. As cartas de Álvaro Mendes de Vasconcelos, representante de Portugal em Espanha, para D. João III com referência à questão da posse do Rio do Prata, indicam a intensidade das especulações que as coroas exerceram uma sobre a outra em torno das investidas para a colonização da região.

O explorador espanhol Pedro Alvarez Nuñes Cabeza de Vaca, partindo do litoral de Santa Catarina, em 18 de outubro de 1541, em sua marcha até Assunção, onde assumiria sua função à frente do governo de Assunção, nomeado por Carlos V, em substituição a Domingo Martinez de Irala, chegou, em 11 de março de 1542, à foz do rio Iguaçu, local, hoje, pertencente ao Município de Foz do Iguaçu, distante cerca de 18km da sede atual do Município.

Em 1558, os conquistadores espanhóis fundaram a Ciudad Real Del Guayrá<sup>8</sup>. Esta cidade teve origem no povoado de Ontiveros. Este povoado, segundo WACHOWICZ (1988), foi formado por 80 homens em armas. SCHALLENBERGER (1997) afirma que o fundador foi Rodríguez de Vergara, a mando do rei espanhol Luís Felipe III, em 1554, em resposta aos portugueses pela fundação do povoado de São Paulo. Foi fundado, inicialmente, às margens do rio Paraná, próximo a foz do rio Ivaí, local onde existia grande quantidade de indígenas. Em 1556, o capitão Ruy Dias Malgarejo transferiu o povoado para

---

<sup>8</sup> A Ciudad Real Del Guayrá estava localizada nas proximidades do rio Piquiri, no Município de Terra Roxa do Oeste.

as proximidades da foz do rio Piquiri, onde dois anos mais tarde foi elevado à condição de Ciudad Real Del Guayrá.

Desde 1558, as atuais cidades de Foz do Iguaçu e Guaíra - dois pontos extremos na margem esquerda do rio Paraná, o primeiro no extremo sul e o segundo no extremo norte da atual Região Oeste do Paraná - eram conhecidos dos portugueses e espanhóis e tinham importância estratégica para ambos os povos colonizadores.

A Ciudad Real Del Guayrá desempenhava, à época, um papel mais importante do que a foz do rio Iguaçu. Mesmo porque já era um povoado, enquanto a foz do rio Iguaçu era apenas um ponto estratégico, em função da sua ligação entre o rio Paraná e o litoral paranaense, através do rio Iguaçu. As incursões espanholas pela região fundaram outros povoados, além de Ciudad Real Del Guayrá, como a Vila Rica do Espírito Santo, por exemplo, fundada em 1579, pelo capitão Ruy Dias Malgarejo, nas margens do rio Ivaí, próximo da foz do rio Corumbataí. Nestes povoados, que totalizaram, segundo WACHOWICZ (1988), 13 povoados, às margens dos rios Paranapanema, Tibagi, Ivaí, Iguaçu e Paraná, foram iniciadas as missões e depois fundadas as reduções Jesuíticas.

WACHOWICZ (1988, p. 27) relata que:

Segundo as determinações da coroa espanhola, a população indígena deveria ser catequizada, defendida contra os inimigos e iniciada num ofício pelos adelantados. Em troca disto, os índios pagariam uma taxa, ou prestariam serviços. Chamava-se “encomiendas” a esse sistema, o qual logo degenerou devido à cobiça dos espanhóis, passando o índio à condição de escravo.

Esse sistema não logrou êxito por causa da ganância dos conquistadores espanhóis, conhecidos como adelantados<sup>9</sup> e por causa da resistência dos índios. Com isso, o governador do Paraguai, Hernando Arias Saavedra, sugeriu ao governo espanhol que confiasse a tarefa de pacificação e conversão dos indígenas aos padres jesuítas. O que foi prontamente aceito pelo governo espanhol (WACHOWICZ, 1988). Em consequência dessa aceitação, os padres pertencentes à Companhia de Jesus – os chamados jesuítas – iniciaram suas missões no Guairá, implantando, em seguida, as reduções.

A implantação das reduções e o desenvolvimento dos trabalhos executados pelos padres jesuítas ocorreu, aproximadamente, entre 1580 e 1640, num período em que o rei da Espanha era também rei de Portugal, conseqüentemente rei do Brasil. Por estarem subordinados à coroa espanhola os portugueses toleraram, com ressalvas, a presença dos jesuítas espanhóis no Guairá.

Os primeiros contatos dos espanhóis e portugueses com a Região criou especulações com a possível existência de metais preciosos nas águas do rio Paraná e seus afluentes. No entanto, como essa impressão não foi confirmada, o interesse dos portugueses e dos espanhóis se voltaram para a necessidade de utilizar o indígena – que, segundo WACHOWICZ (1988), era estimado pelos povos colonizadores em 200.000 habitantes na Região – como uma fonte supridora de mão-de-obra escassa nas terras conquistadas.

Em 1588, os colonizadores lusitanos de São Paulo e São Vicente reclamaram ao capitão-mor a inexistência de mais índios para escravizar. Com isso, as bandeiras paulistas, que ainda procuravam pedras preciosas pelos interiores do Oeste de São

---

<sup>9</sup> Segundo WACHOWICZ (1988, p. 26): Adelantados eram “...indivíduos que possuíam alguns bens e capacidade, de conquistarem as terras ocupadas pelos índios.”

Paulo e pelo território do atual Estado do Paraná, pararam com essa atividade e passaram a se dedicar exclusivamente à preação de indígenas. As bandeiras portuguesas de São Paulo, em virtude da extinção progressiva das tribos paulistas, passaram a ver o Guairá, com sua densa população indígena, como uma fonte supridora de sua necessidade de mão-de-obra escrava.

O antigo Guairá missioneiro tem seus limites geográficos inscritos no atual estado brasileiro do Paraná. Era densamente povoado por parcialidades indígenas, com predominância absoluta dos Guarani. O Guairá configurou-se em uma área de confluência de dois colonialismos internos: a expansão do núcleo de povoamento espanhol de Assunção e a projeção paulista. (SCHALLENBERGER, 1997, p. 50).

Constituíam-se numa área de confluência de interesses e numa área de conflitos. Em 1600, o governo espanhol, de Assunción, elevou a Ciudad Real del Guayrá à condição de sede da Província de Guairá<sup>10</sup>. A elevação da Ciudad Real del Guayrá à condição de sede da Província de Guairá, em 1600, nada mais foi senão uma tentativa desesperada dos espanhóis de manter sua soberania na Região, frente a ameaça portuguesa.

O problema é que, junto com as reduções, surgiram, também, os conflitos. Os colonos espanhóis, atraídos para a região pelo governo espanhol, de Assunción, queriam os indígenas como escravos, a seu serviço. Para estes, os padres eram adversários, uma vez que eram defensores dos indígenas. Por outro lado, as bandeiras paulistas promoviam freqüentes incursões à região em busca de indígenas para vendê-los em São Vicente e São Paulo. Embora a Espanha tivesse proibido o ingresso de portugueses em seu território, em

---

<sup>10</sup> A Província de Guairá ou de Vera, como era também conhecida, era formada pelo território localizado no quadrilátero formado: a leste, pela linha do Tratado de Tordesilhas; a oeste, pelo rio Paraná; ao norte, pelo rio Paranapanema; e, ao sul, pelo rio Iguaçu.

1628, e Portugal tivesse aconselhado seus compatriotas a se empenhar na mineração no litoral paranaense, os bandeirantes paulistas não desistiram.

A destruição das reduções jesuíticas, planejada pelos paulistas, a partir de 1628, tinha, como firme propósito, pôr fim às pretensões espanholas de conquistar o território ao sul do rio Paranapanema, dominando sua população indígena e criando condições para fazer a ligação com o oceano Atlântico. Os paulistas tinham consciência de que se chocariam com os interesses da coroa espanhola e da Companhia de Jesus. Porém tinham, também, consciência de que só com o fim das reduções jesuíticas e a expulsão dos missionários seria possível manter esta porção do território brasileiro sob seu controle e posse.

Segundo WACHOWICZ (1988, p. 30 e 31):

O sucesso absoluto das reduções levantou temores dos luso-brasileiros de São Paulo. A reação violenta dos paulistas contra as reduções pode ser sintetizada nos seguintes interesses:

- 1 – temor da expansão espanhola para leste, em direção à baía de Paranaguá;
- 2 – preação de índios para trabalharem em suas lavouras;
- 3 – desejo de atingir as famosas minas de Potosi.

Assim, em 29 de janeiro de 1629, os bandeirantes paulistas Antônio Raposo Tavares e Manoel Preto, tomaram de assalto a Redução Jesuítica de Guayrá. Repetiram esta ação em outras reduções, até que, em 1632, não restava mais nada das reduções, senão ruínas. SCHALLENBERGER (1997, p. 215-216), citando o Padre Montoya, definiu o fim deste primeiro ciclo de atividades econômicas, ocorrido na Região Oeste do Paraná que, à época, fazia parte de uma região maior: o próprio Estado do Paraná, com exceção de seu litoral, da seguinte forma:

Na realidade, Montoya, em seus memoriais, retratou, de forma muito clara, o problema do colonialismo interno e diante dele propôs medidas defensivas para o índio e corretivas para o sistema colonial. As próprias forças que sustentaram o colonialismo interno no Prata passaram a sofrer uma ruptura, quando uma delas, a representada pelos *encomenderos*, nada mais tinha a oferecer para os propósitos de acumulação dos paulistas. Assim, com a destruição das missões no Guairá e o extermínio dos índios que, segundo o testemunho do padre Cristóbal Mendoza, chegou ao índice de 200.000, entre cativos e mortos, as encomiendas passaram a não ter disponibilidade de mão-de-obra, tornando-se inviáveis e constituindo-se um estorvo para a expansão paulista. Neste contexto, os componentes dos núcleos de povoamento espanhol no Guairá foram obrigados a abandonar a região.

WACHOWICZ (1988, p. 35) destaca as seguintes conseqüências da ação das bandeiras paulistas sobre a região do Guairá:

- 1 – o fracasso da primeira tentativa de colonização do Paraná, realizada pelos espanhóis e jesuítas. Hoje, os únicos vestígios desta atividade são algumas diminutas ruínas das reduções;
- 2 – a incorporação do território que compreendiam as reduções ao Brasil, pelos tratados de limites de Madrid e Sto. Ildefonso;
- 3 – a volta ao abandono de toda uma vasta região, que já estava em adiantado processo de incorporação à civilização.

Para PADIS (1980), esta ação dos bandeirantes paulistas tinha uma finalidade bem maior do que simplesmente aprisionar indígenas. E assim relata:

A ação paulista no território paranaense tem uma significação muito maior do que o simples aprisionamento de nativos. De fato, a expulsão dos jesuítas e a destruição dos núcleos por eles constituídos, significaram uma vitória dos portugueses sobre os espanhóis, na luta pela posse e conquista do território. A tentativa espanhola de manter os portugueses

a leste da linha de Tordesilhas havia sido frustrada, pelo menos na região sul. Com efeito, toda a vasta região que se despovoou e voltou ao abandono é incorporada ao Brasil pelos Tratados de Limites, de Madrid e Santo Ildefonso (PADIS, 1980, p. 17).

Por conta desses fatos, o território da Região Oeste do Paraná viu morrer sua primeira tentativa de colonização. Após a vitória dos portugueses sobre os espanhóis, consolidada com a investida dos bandeirantes paulistas, Antônio Raposo Tavares e Manoel Preto, sobre as Reduções Jesuíticas, entre os anos de 1629 e de 1632, na Ciudad Real del Guayrá e nas demais reduções da Província del Guairá, esta Região ficou esquecida e só voltou a representar preocupação para o Brasil, no final da segunda metade do século XIX.

Segundo WACHOWICZ (1982, p. 13):

Em 1777, Portugal assinava com a Espanha o Tratado de Santo Ildefonso. Por este, a Espanha reconhecia como fronteira portuguesa ocidental em território hoje paranaense, os rios Paraná e Iguaçu. O trecho do rio Paraná compreendia a margem esquerda do trajeto das Sete Quedas, até a foz do rio Iguaçu. Por sua vez, no rio Iguaçu a fronteira corria da foz deste rio no rio Paraná em direção à montante, até encontrar a foz do rio Santo Antonio, seu afluente da margem esquerda.

A assinatura deste tratado tranqüilizou o governo imperial do Brasil quanto à demarcação de suas fronteiras ocidentais, no atual território paranaense. Assim, nenhuma atitude visando à ocupação e, por conseguinte, à colonização deste território, foi tomada pelo Brasil. Pelo Tratado de Santo Ildefonso, foram definidas as fronteiras entre as terras portuguesas e espanholas no sul do Brasil.

Segundo WESTPHALEN et all (1968, p. 2):

A comunidade que historicamente se formou no litoral paranaense e no planalto curitibano, ocupou tôdas as terras de campo que, em largas faixas cercadas por imensas florestas, vão desde Curitiba, pelos Campos Gerais, campos de Guarapuava, campos de Palmas, até as atuais divisas entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. ... Mas não chegou a ocupar todo o território do Paraná.

Assim, as terras da Região Oeste do Paraná, que compunham parte das terras paranaenses ocupadas por vastas florestas, ficou praticamente intacta e fora da área de atuação da chamada “sociedade paranaense tradicional”, segundo WESTPHALEN et all (1968).

A extinção das reduções jesuíticas e a expulsão dos jesuítas da região, em 1632, e a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, diminuiram a preocupação do governo imperial do Brasil com as ameaças de perda do território para os espanhóis. Assim, a região foi praticamente abandonada pelo Brasil.

Esta parte ocidental do território brasileiro só voltou a ser preocupação para o governo imperial do Brasil, quando, novamente, surgiu sobre o território a ameaça de perda, em definitivo, para os argentinos, herdeiros dos espanhóis na região platina. Por outro lado, a elevação da Quinta Comarca de São Paulo à condição de província, em 1853, despertou nas autoridades paranaenses um interesse em manter este território anexado à Província do Paraná. Segundo WACHOWICZ (1982), o nome da província foi herdado do seu grande rio.

#### 4.2 AS ESTRATÉGIAS PARA A MANUTENÇÃO DO TERRITÓRIO

Na década de 1860, ocorreram dois acontecimentos internacionais que mobilizaram o governo imperial brasileiro e o governo provincial do Paraná, com relação aos seus territórios ocidentais: trata-se da Guerra do Paraguai (1864-1869), também conhecida como “Guerra da Tríplice Aliança” e do contestado Brasil-Argentina, também conhecido como “Questão de Palmas”, (WACHOWICZ, 1982).

No início da década de 1850, o Brasil havia assinado com os países da Bacia do Prata, um tratado de navegação que lhe permitia fazer a navegação de cabotagem nos rios Paraná e Paraguai, para poder ter acesso à Província de Mato Grosso. Esta navegação era feita com a tolerância da Argentina. Em 1859, a canhoneira *Mearim*, comandada pelo capitão-tenente Francisco Freire de Borja Salema Garção, a mando do governo imperial brasileiro, fez uma viagem exploratória pelo rio Paraná.

Neste período, que coincide com o fim do Império, os militares brasileiros tomaram consciência da necessidade de defender esta porção ocidental do território brasileiro. Segundo WACHOWICZ (1982, p.18): “Em 1882, o Brasil inaugurava na periferia da região contestada, as colônias militares de Chapecó e Chopim.” A fundação dessas colônias militares foi uma resposta à criação, pelo Governo Argentino, do território de Misiones, entre os rios Uruguai e Paraná, em 1881. Essa região contestada compreendia parte da Região Sudoeste do Paraná e parte do Estado de Santa Catarina e era contestada pela Argentina, em virtude de uma nova interpretação, por parte dos argentinos, do Tratado de Santo Ildefonso.

Embora o território pertencente à atual Região Oeste do Paraná, que ficava na margem esquerda do rio Paraná, entre os saltos das Sete Quedas e a foz do rio Iguaçu, não fosse objeto de disputa direta com a Argentina, como era a região contestada Brasil-Argentina, e assim tivesse sido deixado de lado pelos estrategistas militares brasileiros, WACHOWICZ (1982, p. 15) ressalta:

O presidente da Província do Paraná André Augusto de Padua Fleury, informava já em 1866 de que a Província do Paraná, recebeu como herança da de São Paulo e esta de Portugal, o estabelecimento de uma via de comunicação entre o litoral e a margem esquerda do rio Paraná, abaixo das Sete Quedas. Esta via era necessária, não só para defender a fronteira, como também para a fundação de um porto na confluência do Iguaçu com o Paraná. Este porto deveria tornar-se um empório comercial de vulto entre o Brasil e os Estados do Prata.

Em 1882, o governo imperial brasileiro tomou conhecimento de que os argentinos tinham iniciado a exploração de erva-mate no trecho entre a foz do rio Iguaçu e a margem esquerda do rio Paraná. Os argentinos tinham ultrapassado as fronteiras e iniciado a ocupação do território brasileiro, pertencente à atual Região Oeste do Paraná.

Para MELLO (1988), a ocupação das terras da margem esquerda do rio Paraná, por parte dos argentinos, em terras pertencentes ao que é hoje a Região Oeste do Paraná, iniciou-se a partir de 1873, após terem sido resolvidos os problemas de fronteiras entre o Brasil e o Paraguai, em consequência dos seguintes fatores principais: primeiro, em virtude da abundância de erva-mate; segundo, a abundância de madeiras nobres como o Cedro, por exemplo; terceiro, por causa da grande penetração de capitais estrangeiros,

principalmente, ingleses, alemães e belgas, na Argentina e, quarto, em virtude do tratado de navegação assinado pelo Brasil com a Argentina e o Paraguai, possibilitando a navegação pelas embarcações argentinas e paraguaias pelo rio Paraná no trecho entre Foz do Iguaçu e as Sete Quedas.

Para WACHOWICZ (1982), a criação do território de Misiones, em 1881, pelo governo argentino, também foi decisivo para as pretensões argentinas de explorar a madeira e a erva-mate existentes no território da atual Região Oeste do Paraná. Ao mesmo tempo em que possibilitou aos argentinos explorar essas riquezas naturais, de forma clandestina, despertou nos brasileiros a necessidade de proteger esta região, sob pena de perdê-la para a Argentina.

Esta ocupação era uma ameaça à posse do território por parte do Brasil. Com isso, os militares brasileiros, estudando a questão, chegaram à conclusão de que, no caso de um conflito armado com a Argentina, para defesa do território, o Brasil não contava com um sistema de transporte eficiente. As únicas ligações dos grandes centros – São Paulo e Rio de Janeiro – com a parte meridional do território brasileiro, eram através de mares, por intermédio da “estrada” Viamão-Sorocaba (WACHOWICZ, 1994).

Os militares brasileiros chegaram à conclusão de que o meio mais eficiente seria a ligação Leste-Oeste, dentro do território do atual Estado do Paraná. A Província do Paraná tinha concluído a árdua tarefa de transpor a Serra do Mar, através de uma via carroçável, a Estrada da Graciosa, ligando Antonina a Curitiba, (WACHOWICZ, 1994). Como esta ligação entre o litoral e Curitiba era insuficiente para as necessidades impostas por

um possível conflito bélico com a Argentina, os militares brasileiros, segundo WACHOWICZ (1994, p. 87), conceberam a seguinte estratégia:

- a) transpor a Serra do Mar com uma ferrovia, ligando o Porto de Paranaguá a Curitiba;
- b) prolongá-la posteriormente até o local onde o rio Iguaçu começa a ser navegável (Porto Laranjeiras, depois chamado de Porto Amazonas);
- c) organizar a navegação fluvial a vapor no rio Iguaçu, até União da Vitória, bem como nos seus principais afluentes;
- d) criar a “Comissão das Estradas de Palmas”, posteriormente denominada “Comissão das Estradas Estratégicas”. Esta teria por missão abrir as vias terrestres que ligariam União da Vitória a Palmas; União da Vitória a Guarapuava e Guarapuava à foz do rio Iguaçu;
- e) abrir uma picada pelo vale do Piquiri, tentando uma ligação terrestre do Rio Grande do Sul a Mato Grosso, via Província do Paraná.

A “Comissão das Estradas Estratégicas”, segundo WACHOWICZ (1994, p. 95 e 96), foi

...composta por alguns oficiais do exército e engenheiros, ...comandada pelo capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo. ...O capitão Belarmino dividiu o pessoal em 3 turmas: 1 – vale do Iguaçu, 2 – vale do Piquiri, 3 – estrada de Palmas. As duas primeiras turmas, fez seguir de União da Vitória a Guarapuava. ...De Guarapuava, uma turma seguiu abrindo picada em direção ao rio Paraná, passando pelo antigo aldeamento do Chagú (hoje Laranjeiras do Sul). ...Para fundar a colônia militar de Foz do Iguaçu, o próprio Belarmino partiu de Guarapuava nas últimas semanas do império e chegou à foz do rio nos primeiros dias da República.

Para a colônia militar de Foz do Iguaçu, os militares tinham planos ambiciosos. Segundo WACHOWICZ (1994, p. 96): “...com ela, seria impulsionado o progresso. Estava planejada para ser uma base de esquadilha naval. Pensavam os estrategistas em utilizar a colônia para abrir uma comunicação direta com a República do Paraguai. ...Os mesmos resultados eram esperados com relação à Argentina, cujo contato seria feito, através das localidades de Posadas, S. José das Trincheiras e Husaingo.”

MAPA 3: Paraná: divisão político-administrativa, no ano de 1940.



Fonte: Mapa digitalizado por CIGOLINI A.A., 1999, do original (1937) do acervo da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA.

A necessidade de defesa do território fez surgir o Município de Foz do Iguaçu, desmembrado do Município de Guarapuava. Quando de sua criação, em 14 de março de 1914, através da Lei Estadual 383/14, o Município de Foz do Iguaçu abrangia todo o

território da atual Região Oeste do Paraná, com exceção da área do Município de Guaraniaçu, que pertencia a Guarapuava, conforme se observa no MAPA 3. O Município de Guaraniaçu foi desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul e anexado à Região Oeste, em 1951. O Município de Laranjeiras do Sul foi desmembrado do Município de Guarapuava, em 1946.

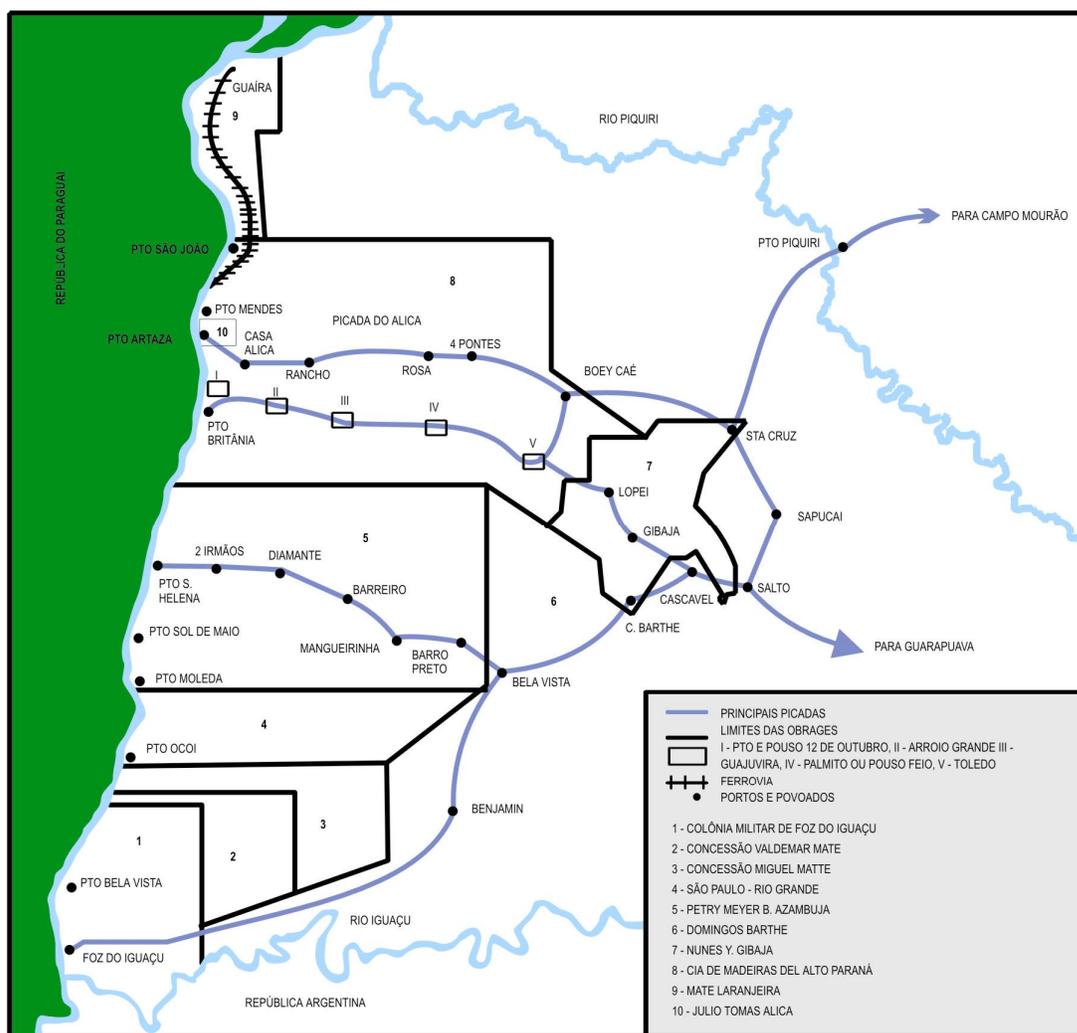
O avanço da ocupação no sentido Leste-Oeste fez surgir, no entroncamento das trilhas abertas pelos ervateiros, o povoado de Encruzilhada. Neste local, em 1928, o comerciante de Guarapuava, José Silvério de Oliveira, arrendou terras do colono Antonio José Elias, o primeiro morador do povoado, e se instalou com o seu armazém. Este armazém estava localizado no ponto de partida das trilhas, conforme pode ser observado no MAPA 4. A esta época, o território da atual Região Oeste do Paraná era cortado por inúmeras trilhas, abertas pelos ervateiros e pelos madeireiros clandestinos. Estas trilhas, ligando Encruzilhada – no MAPA 4, aparece como Cascavel - aos pontos estratégicos do território e estas, por sua vez, ao rio Paraná, determinaram, depois, as ligações rodoviárias mais importantes da Região, como a ligação Encruzilhada - posteriormente Aparecida dos Portos e, atualmente Cascavel, a Foz do Iguaçu.

Através do MAPA 4, observa-se que a localidade de Encruzilhada, atualmente cidade de Cascavel e seus arredores eram, à época das obras, o lugar central de onde partiam a maior parte das trilhas ligando o território da Região Oeste do Paraná às margens do rio Paraná, local de destino da madeira e da erva mate predadas das matas.

A cidade de Cascavel, sede do Município de Cascavel, é atualmente o ponto de partida ou vértice dos Eixos A e B, existentes na Região Oeste do Paraná. Observando-se as trilhas dos ervateiros, percebe-se que a escolha de Cascavel como ponto de partida das

trilhas não ocorreu por acaso. A cidade de Cascavel está localizada na parte mais alta do território da Região. A partir deste local podia-se atingir o rio Paraná, em qualquer direção,

MAPA 4: PRINCIPAIS “OBRAGES” NO OESTE DO PARANÁ



Fonte: WACHOWICZ, 1982, p. 64.

mais ao Norte ou mais ao Sul, percorrendo sempre uma distância mais ou menos equivalente. Cascavel é, também, a última porção de território com relevo relativamente plano, no sentido Leste, a partir do rio Paraná. Seguindo em direção a Leste, a partir de Cascavel iniciam-se as

partes constituídas por relevo acidentado e de difícil acesso, principalmente, em se tratando de trilhas percorridas por pessoas e animais transportando cargas.

As trilhas dos ervateiros são os caminhos precedentes das principais ligações intra-região e determinaram as principais ligações rodoviárias da Região, duas das quais se configuram nos Eixos A e B.

Este fato é mais claro no que se refere ao eixo Cascavel-Foz do Iguaçu. No que se refere ao eixo Cascavel-Toledo-Guaíra, ocorreu uma guinada para a oeste, a partir do que é hoje o Município de Toledo. Este fato se deu em virtude da existência de um trecho de aproximadamente 70km – entre as Sete Quedas e o Porto Mendes, atualmente Município de Mercedes – onde a navegação não era possível, conforme comentado anteriormente.

Seguindo as trilhas dos ervateiros, o Eixo A poderia ser Cascavel-Toledo-Marechal Cândido Rondon-Guaíra. A colonização da Microrregião de Toledo, a partir de 1946, deu origem aos povoados – atualmente municípios – de Maripá e Palotina e constituiu o Eixo A, da forma como foi optado neste trabalho. É importante destacar que a ligação Cascavel-Toledo-Marechal Cândido Rondon-Guaíra existe e se constitui numa importante ligação rodoviária regional, embora não seja objeto de estudo neste trabalho, principalmente, porque poder-se-ia interpretar o eixo como Cascavel-Toledo-Marechal Cândido Rondon-Guaíra, conforme proposto pelo PROEI (1974).

#### 4.3 A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, INICIADA EM 1946

As empresas que receberam concessões de terras na Região, tinham como obrigação contratada, junto ao governo brasileiro, a criação de condições para a sua colonização. Porém não foi isso que ocorreu. Estas fizeram valer-se da força, através de exércitos próprios, e impediram a colonização da Região, por quase cinco décadas. Como fator agravante, transportavam toda a madeira em toras e a erva-mate seca para industrializar na Argentina. Em virtude da falta de fiscalização brasileira, na maioria das vezes, a madeira e a erva-mate eram contrabandeadas. Conforme WACHOWICZ (1988, p.227): “Esta frente extrativa de erva-mate era pois de capital argentino, mão-de-obra paraguaia e matéria-prima brasileira”. Em consequência desses fatores, houve um significativo atraso na colonização da Região Oeste, o que dificultou o surgimento de outras atividades, como a própria agricultura, por exemplo.

As empresas concessionárias, donas das “obrages”, utilizavam-se de mão de obra paraguaia, representada pelos “mensus”<sup>11</sup>, que eram índios guaranis paraguaios que prestavam serviços aos donos das concessões, em uma relação de trabalho, na forma de servidão. Conforme relata WACHOWICZ (1988, p. 229):

O “mensu” era obrigado a fornecer-se no armazém da “obrage” e suas mulheres, ociosas, eram proibidas de plantar qualquer coisa, até mesmo criar galinhas, para aumentar a dependência do “mensu”.

Nas “obrages, esses “mensus” eram explorados ao máximo. Quando manifestavam qualquer descontentamento, passavam a ser tratados a chicote e pistola.

---

<sup>11</sup> É a palavra de origem espanhola que significa mensalista, aquele que recebe por mês, os peões.

O controle dos caminhos e do acesso de populações brasileiras à região era essencial para a sobrevivência desse tipo de exploração. Segundo os “obrageiros”, o Brasil não podia tomar conhecimento do que ocorria nas “obrages”. Até a passagem de turistas brasileiros, que queriam conhecer as cataratas do Iguaçu e as Sete Quedas, eram dificultadas.

Estes fatores somados, impediam o surgimento de possíveis atividades econômicas – agrícola ou agropecuária, por exemplo - que pudessem promover o crescimento e o desenvolvimento de cidades e, conseqüentemente, da Região Oeste do Paraná.

A situação começou a mudar com a Revolução de 1930, a qual reservou um papel de maior destaque aos militares, que passaram a se preocupar mais com a integração desta parte do território ao restante do Território do Brasil; com a crise de 1929, a qual fez com que as empresas estrangeiras controladoras das empresas argentinas que atuavam na Região, fizessem uma repatriação de seus capitais; com a Constituição de 1937, que deu poderes ao Conselho Superior de Segurança Nacional, para colonizar e construir estradas dentro do limite de 150 quilômetros da fronteira brasileira com os demais países da região.

Além destes fatores, o começo da produção dos ervais plantados na Argentina, fez com que este País se tornasse auto-suficiente e não mais dependesse da erva-mate extraída nas matas brasileiras. A criação do Território do Iguaçu, em 1943, também veio colaborar, em muito, para mudar a situação (WACHOWICZ, 1988). Com a crise da erva-mate, os “obrageiros” começaram a extração da madeira. Nos mesmos moldes da extração da erva-mate: em um sistema de extrativismo seletivo. Eles conseguiram extrair da floresta toda a madeira de valor comercial e, quando chegaram os colonos agricultores na Região, por volta

de 1950, só encontraram os troncos das árvores de madeiras de lei. As toras já tinham sido extraídas pelos “obrageiros”.

As primeiras tentativas de colonização da Região foram feitas com a atração de agricultores oriundos do Rio Grande do Sul. No entanto as dificuldades oferecidas pela Região, coberta de mata densa e povoada de vários mosquitos, dos tipos pernilongo e borrachudo, apresentaram-se como um grande obstáculo. Novamente foram trazidos índios guaranis paraguaios, para fazer a parte mais difícil, que consistia na derrubada da mata e na abertura de estradas (WACHOWICZ, 1982).

A colonização da Região Oeste do Paraná, com a finalidade de assentar agricultores, principalmente os que vinham do Rio Grande do Sul, iniciou-se em Toledo. Em 1946, com a aquisição da Fazenda Britânia e a constituição da empresa Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S.A. - MARIPÁ - teve início o processo de colonização da Região. Deve-se ressaltar que, antes de vender as terras já loteadas, aos colonos, a MARIPÁ tinha o cuidado de extrair toda a madeira e exportá-la para a Argentina. Ao fazer parcerias com outras empresas para serrar a madeira, acelerou o processo de colonização da Região e deu condições para o seu povoamento. No momento em que a madeira estava toda extraída, a MARIPÁ passa a ser chefiada por Willy Barth, experiente colonizador gaúcho de origem germânica. Teve início, aí, a segunda fase da MARIPÁ. E começou, então, a colonização propriamente dita (WACHOWICZ, 1982).

Segundo WACHOWICZ (1982), com a chegada de Willy Barth foi formada uma nova diretoria da MARIPÁ, composta por pessoas capazes e preparadas para promover a

colonização da Região. Ao invés de vender as terras em grandes propriedades, garantindo um lucro fácil aos acionistas, a nova diretoria trabalhou no sentido de promover uma colonização baseada na pequena propriedade, ocupada por agricultores gaúchos e catarinenses de origem italiana e alemã. Esta preferência se deu pelo fato da diretoria da MARIPÁ ser oriunda do Rio Grande do Sul e conhecer bem os agricultores daquela Região. Embora fossem bairristas e, de certa forma elitistas, com essa atitude, eles conseguiram atrair para a Região de Toledo colonos que já dominavam técnicas agrícolas e agropecuárias mais adiantadas e possuíam também um montante de recursos capaz de acelerar o crescimento da Região.

Deve-se ressaltar que a Região Oeste do Paraná não é composta somente pela Microrregião de Toledo. No entanto torna-se importante relatar que, em virtude do planejamento da colonização desta microrregião, são aí encontrados poucos conflitos de terras, e a agricultura tem um desenvolvimento muito rápido. Já a Microrregião de Cascavel sofreu um processo de colonização menos planejada e passou por sérios problemas de conflitos de terras, principalmente na década de 1960.

No que se refere ao aspecto histórico, a ocupação primeira da Região Oeste do Paraná foi efetuada pelos indígenas que nela habitaram até a década de 1630, ocasião em que foram apreendidos, mortos ou expulsos pelos bandeirantes paulistas, conforme já relatado. A ocupação definitiva se iniciou no final do século XIX e a sua colonização só começou, de forma organizada e dirigida para as atividades agrícolas e pecuárias, no início da década de 1950.

A característica principal das atividades agropecuárias da Região Oeste do Paraná, no seu início, foi o predomínio da pequena propriedade trabalhada com mão-de-obra familiar e com a produção dirigida para o mercado, constituindo-se de alimentos e matérias-primas. Ou seja, a atividade agropecuária da Região não teve, nem tem até hoje, característica de subsistência. Este é um fator que promoveu o rápido crescimento da Região, uma vez que a mesma sempre procurou produzir alimentos e matérias-primas para o consumo interno e, principalmente, para serem exportados para outras regiões. Isso deu um caráter mercantil à produção e a inseriu, rapidamente, no contexto nacional e internacional.

Segundo PADIS (1980), as principais culturas da Região foram o milho, o trigo, o feijão, o arroz, a mandioca e, posteriormente, a soja. A atividade criatória era constituída por bovinos e, em sua maioria, por rebanhos suínos.

E foi exatamente essa conotação mercantil da produção que fez com que o produtor regional fosse logo compelido a se unir em associações, denominadas cooperativas, como forma de atuação mais vantajosa na aquisição de insumos e na comercialização de seu produto. Portanto, ao se falar em atividade agropecuária na Região Oeste do Paraná tem-se, obrigatoriamente, que falar que ela esteve, desde o início, vinculada às cooperativas. Segundo PADIS (1980), o fato de existirem muitos pequenos produtores, com poucos recursos, fez surgir, nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, o comerciante de cereais e de suínos que, contando com recursos financeiros maiores, subordinavam os pequenos produtores a se suprirem em seus armazéns e a vender-lhes a produção durante ou imediatamente após a colheita, o que ocasionava aos pequenos produtores auferir os menores preços pelos seus

produtos. Assim, havia espaço para o surgimento das cooperativas agropecuárias. Essas cooperativas deram origem a maior parte das agroindústrias existentes atualmente na Região.

Segundo MELLO (1988), três correntes migratórias ocuparam a Região Oeste do Paraná. Uma, constituía-se de caboclos paranaenses que não conseguiram obter sucesso nas suas empreitadas em virtude da sua forma de produção extensiva, por causa do avanço das propriedades privadas. A Segunda, constituía-se de agricultores vindos do Norte do Paraná, em sua maioria, oriundos, inicialmente, de São Paulo, de Minas Gerais e do Nordeste, os chamados “nortistas”, e a terceira corrente oriunda do Sul do País. A primeira corrente migratória não se fixou na Região e migrou para o Sudoeste e para outras regiões. A corrente migratória “nortista” teve que mudar sua forma de trabalhar a terra, pois o motivo que os trouxeram foi a cultura do café que se mostrou improdutivo na região, por causa das condições climáticas. A corrente sulista, que chegou à Região a partir de 1946, foi a que conseguiu reproduzir seu modo de produção na Região. Seu principal e primeiro produto destinado ao mercado foi a carne suína.

A colonização de Guaíra e de seus arredores foi, predominantemente efetuada, pela corrente migratória nortista, composta por migrantes vindos do Norte do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais e do Nordeste do País. Principalmente na parte deste território composta por solo arenoso, constituído pela extremidade do Arenito Caiuá, esta corrente migratória conseguiu manter sua supremacia. Este fato ocorreu porque esta parte do território da Região Oeste do Paraná pertencia à Companhia Mate Laranjeiras e, por esta, foi colonizada. A Mate Laranjeiras se utilizava de uma vasta propaganda para atrair compradores

para as terras loteadas. O anúncio do Jornal Imprensa Paulista, publicado em São Paulo, em março de 1955, na totalidade da página 13, dizia:

Guaíra: Porta aberta do Eldorado Paranaense!

O grandioso empreendimento da Companhia Mate Laranjeiras S/A., proporciona ao colono, ao industrial, ao comerciante, a facilidade de dias melhores! – terras ubérrimas ao alcance de todos – centro de imensas possibilidades – uma metrópole em marcha!

Em abril de 1955, na totalidade da página 13, do mesmo jornal, um novo anúncio:

Guaíra: futuro garantido aos que desejam progredir!

A Companhia Mate Laranjeiras S/A proporciona facilidades incríveis! – terras da promessa ao alcance do homem! – Futuro radioso que aguarda um dos recantos mais belos do Brasil – vias de comunicação modernos e cômodos – rumo ao campo!

Com essa propaganda em um veículo de comunicação da imprensa paulista, a Companhia Mate Laranjeiras acabou atraindo para a Região por ela colonizada, agricultores de São Paulo, do Norte do Paraná e de outros Estados ao Norte da Região Oeste do Paraná. Estes vieram, principalmente, com a intenção de plantar café.

Três outros fatores caracterizaram bem a colonização da Região Oeste do Paraná, especialmente de Toledo e seus arredores. O primeiro, diz respeito ao tamanho das propriedades. Houve o predomínio das pequenas propriedades, com áreas entre 10 e 50ha. O segundo, diz respeito à propriedade da terra. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE, de

1970, 78% das propriedades eram habitadas por seus proprietários. E o terceiro fator se refere ao fato de que, em 1970, segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE, 91% das propriedades tinham culturas temporárias, sendo o milho a principal cultura. Isto se deve, principalmente, ao fato de que o milho é o principal alimento do rebanho suíno (MELLOS, 1988).

Interessante ressaltar que, em 1970, a produção de soja era inferior à produção de milho, fato até hoje não revertido. No entanto, ao se verificar a produção de 1959, que era de 2 mil toneladas, a produção de soja neste período estava em franca expansão, pois, em 1970, chegou a 142 mil toneladas. O fator principal que proporcionou o crescimento da produção da soja foi a modernização tecnológica da agricultura que se iniciou no Rio Grande do Sul com o binômio soja-trigo e que chegou na Região na década de 1960. A cultura da soja foi favorecida pela riqueza do solo, aliada ao relevo pouco acidentado e às condições climáticas favoráveis. Os impactos da modernização tecnológica da agricultura sobre os Eixos A e B e sobre a Região Oeste do Paraná, serão tratados de forma mais completa no Capítulo 5.